



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL N.º 323/2000

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL A ELE VINCULADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ALDORI DE LIMA, Prefeito Municipal de Sagrada Família - RS, FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas, pelo artigo 27, item I e III da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica constituído o Conselho Municipal de Habitação, em caráter deliberativo e com a finalidade de assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas na área social no tocante na habitação, além de direcionar o Fundo Municipal de Habitação, a que se refere o artigo 2º.

Art. 2º - Fica criado o Fundo Municipal de Habitação, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro a implementação de programas de habitação, voltados a população de baixa renda;

Art. 3º - Os recursos do Fundo, em consonância com as diretrizes e normas do Conselho Municipal de Habitação, serão aplicados em:

I – Construção de moradias pelo Poder Público em regime de administração direta (contratação de mão-de-obra, auto construção, ajuda mútua ou mutirão) e empreitada global.

II – Produção de Lotes Urbanizados;

III – Urbanização de favelas;

IV – Melhoria de unidades habitacionais;



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete do Prefeito

- V – Aquisição de material de construção;
- VI – Construção e reforma de equipamentos comunitários e institucionais, vinculados a projetos habitacionais e de saneamento básico;
- VII – Regularização fundiária;
- VIII – Serviços de apoio à organização comunitária em programas habitacionais;
- IX – Complementação da infra-estrutura em loteamentos deficientes destes serviços com a finalidade de regularizá-lo.
- X – Ações em cortiços e habitações coletivas com o objetivo de adequá-las às condições de habitabilidade;
- XI – Projetos experimentais de aprimoramento tecnológico, na área habitacional;
- XII – Remoção e assentamento de moradores em áreas de risco ou em casos de execução de programas habitacionais de projetos de recuperação urbana, em áreas ocupadas por população de baixa renda;
- XIII – Implementação ou complementação de equipamentos urbanos de caráter social em área de habitações populares;
- XIV – Aquisição de áreas para implementação de projetos habitacionais;
- XV – Contratação de serviços de terceiros, mediante licitação, para execução ou implementação de projetos habitacionais e de regularização fundiária.
- XVI – Constituição do Banco de Materiais.
- XVII – Constituição de Banco de Terras.
- XVIII – Contratação de serviços de assistência técnica e jurídica para implementação dos objetivos da presente lei.
- XIX – Viabilizar projetos de geração de emprego e renda, dando preferencia aos indivíduos do projeto habitacional em curso.

Art. 4º - Para efeitos desta lei, considera-se de baixa renda a população moradora em precárias condições de habitabilidade, favelas, cortiços, palafitas, áreas de risco



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete da Prefeita

ou trabalhadores com faixa de renda individual ou conjugada com esposa e filhos, não superior a 05 salários mínimos vigentes à época da implantação de cada projeto.

Parágrafo Único – Fica estipulado que os recursos do Fundo Municipal destinar-se-ão, no mínimo, 70% (setenta por cento), à população com renda até 03 salários mínimos vigentes no país.

Art. 5º - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Habitação:

I – Dotações orçamentarias próprias;

II – Recebimento de prestações decorrentes de financiamentos de programas habitacionais;

III – Doações, auxílios e contribuições de terceiros;

IV – Recursos financeiros oriundos do Governo Federal, Estadual e de outros órgãos públicos, recebidos diretamente ou por meio de convênios;

V – Recursos financeiros oriundos de organismos internacionais de cooperação, recebidos diretamente ou por meio de convênio;

VI – Aporte de capital decorrente da realização de crédito em instituições financeiras oficiais, quando previamente autorizadas em lei específica;

VII – Rendas provenientes de aplicação de seus recursos no mercado de capitais;

VIII – Produto de arrecadação de taxas e de multas ligadas a licenciamento de atividades e infrações às normas urbanísticas em geral, edilícias e posturais, além de outras ações tributáveis ou penalizáveis que guardem relação com o desenvolvimento urbano em geral;

IX – Outras receitas provenientes de fontes aqui não explicitada.

Parágrafo Primeiro - As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento urbano de crédito estatal, preferencialmente;

Parágrafo Segundo - Quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades próprias os recursos do Fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, de acordo com a



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete da Prefeita

posição das disponibilidades financeiras aprovadas pelo Conselho Municipal de Habitação, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão;

Parágrafo Terceiro - Os recursos serão destinados, com prioridade, a projetos que tenham como proponentes, a Prefeitura Municipal, organizações comunitárias, associações de moradores e cooperativas habitacionais cadastradas junto ao Conselho Municipal de Habitação, após aprovados por este, mediante a apresentação da documentação necessária;

Art. 6º - Constituirão o Banco de Terras:

- I – Terras devolutas do município;
- II – Terras adquiridas com recursos do Fundo Municipal de Habitação;
- III – Terras adquiridas com recursos próprios do município com esta finalidade;
- IV – Terras doadas por terceiros;
- V – Outras terras provenientes de fontes aqui não explicada;

Art. 7º - O Banco de Materiais será Constituído de:

- I – Materiais reaproveitados;
- II – Materiais adquiridos pelo Fundo Municipal de Habitação;
- III – Materiais adquiridos com recursos próprios do município para este fim;
- IV – Materiais doados por terceiros;
- V – Outros materiais provenientes de fontes aqui não explicitadas.

Art. 8º - O fundo de que trata a presente Lei ficará vinculado diretamente à rubrica orçamentária da Secretaria Municipal de Obras:

- 08 – Secretaria Municipal de Obras
- 10 – Habitação e Urbanismo
- 10.57 – Habitação



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete da Prefeita

10.57.316 – Habitações Urbanas

1029 – Construção de Casas Populares

Art. 9º - A Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Obras fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos objetivos da presente Lei.

Art. 10º - Qualquer cidadão e entidade associativa ou de classe poderá requisitar informações e verificar os documentos pertinentes ao Fundo Municipal de Habitação, tendo por dever, denunciar eventual irregularidade ou ilegalidade constatada e comprovada.

Art. 11º - Compete a Secretaria Municipal de Obras.

I – Administrar o Fundo Municipal de Habitação em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Habitação;

II – Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do fundo, juntamente com o Prefeito Municipal;

III – Firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito Municipal, referente a recursos que serão administrados pelo Conselho Municipal de Habitação;

IV – Recolher a documentação da receita e despesa, encaminhando à Contabilidade Geral do Município, assim como as demonstrações mensais da receita e despesa do Fundo;

V – Submeter ao Conselho as demonstrações mensais da receita e despesa do Fundo;

VI – Levar ao conselho, para conhecimento, apreciação e deliberação, projetos do executivo na área de habitação;

Art. 12º - O Conselho Municipal de Habitação será constituído de no mínimo 9 (nove) membros e no máximo 21 (vinte e um) membros, de forma tripartite:

I – (04 membros) representantes do Poder Municipal; Setores: Habitação / Ação Social/ Obras e Saneamento / Finanças / Meio Ambiente / Planejamento / Gabinete do Prefeito.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete da Prefeita

II – (03 membros) representante do Setor Privado: Agentes Financeiros / Sindicatos / Construtores / Fornecedores / Imobiliário.

III – (04 membros) representantes da sociedade civil: Movimento Moradia / Cooperativas / Associações de Moradores.

Parágrafo Primeiro - Tanto o Poder Público como as entidades, indicarão o membro ou membros titulares e respectivo (s) suplente (s).

Parágrafo Segundo - Cada entidade terá o prazo de 30 dias para indicar o seu representante e suplente, eleitos nos respectivos fóruns convocados especialmente para este fim.

Parágrafo Terceiro - O mandato dos Conselheiros será de 2 anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Quarto - A formalização dos membros do Conselho será feita por ato do Senhor Prefeito Municipal.

Parágrafo Quinto - O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 13 - O Conselho Municipal de Habitação reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, devendo o calendário ser fixado pelo próprio conselho, ou extraordinariamente sempre que for necessário.

Art. 14 - Na primeira reunião de cada gestão o Conselho elegerá, dentre os seus membros, a diretoria, composta pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário, que tomarão posse no mesmo ato.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete da Prefeitura

Parágrafo único: Será garantida a participação de todos os setores na diretoria.

Art. 15 – As decisões do Conselho serão tomadas com a aprovação da maioria simples de seus membros, com a presença de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros, contando com o Presidente, o qual terá o voto de qualidade.

Art. 16 – A convocação para as reuniões será feita por escrito, com antecedência mínima de 08 dias para as reuniões ordinárias e 24 horas para as extraordinárias.

Art. 17 – O Conselho terá o seu Regimento Interno, que regerá o funcionamento das reuniões e disporá sobre a operacionalidade de suas decisões.

Art. 18 – Em benefício de seu pleno funcionamento, o Conselho poderá solicitar a colaboração do Executivo Municipal para o assessoramento de suas reuniões.

Art. 19 – São atribuições do Conselho:

I – Determinar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo Municipal de Habitação;

II – Estabelecer programas anuais e plurianuais de recursos do Fundo Municipal de Habitação;

III – Aprovar projetos que tenham como proponentes, a Prefeitura Municipal, organizações comunitárias, associações de moradores e cooperativas habitacionais;

IV – Estabelecer limites máximos de financiamentos, a título oneroso ou a fundo perdido, para as modalidades de atendimento previstas no artigo 3º;

V – Definir políticas de subsídios na área de financiamento habitacional;

VI – Definir formas de repasse a terceiros dos recursos sob a responsabilidade do Fundo;

VII – Estabelecer condições de retorno dos investimentos;



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete da Prefeita

VIII – Definir os critérios e as formas para a transferência dos imóveis vinculados ao Fundo, aos beneficiários dos programas habitacionais;

IX – Traçar normas para gestão do patrimônio vinculado ao fundo;

X – Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo, solicitando, se necessário, o auxílio do órgão de finanças do Executivo;

XI – Dirimir dúvidas quanto a aplicação das normas regulamentares relativas ao Fundo, nas matérias de sua competência;

XII – Propor medidas de aprimoramento do desempenho do Fundo, bem como outras formas de atuação, visando a consecução dos objetivos dos programas sociais;

XIII – Acompanhar e fiscalizar a execução dos programas de habitação, podendo requerer embargo de obras, suspensão da liberação de recursos, uma vez constatado o desvio dos objetivos do Fundo, irregularidades na aplicação, desrespeito as normas da boa técnica ou agressão ao meio ambiente;

XIV – Propor e aprovar convênios destinados a execução de projetos habitacionais, urbanização e regularização fundiária;

XV – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XVI – Elaborar conjuntamente com o poder executivo a proposta da política habitacional contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias; Plano Plurianual e Orçamento Municipal.

Art. 20 – O Fundo de que trata a presente Lei terá vigência ilimitada.

Art. 21 – Para atender o disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional suplementar até o limite de R\$ 149.055,00 (cento e quarenta e nove mil e cinquenta e cinco reais), na rubrica da Secretaria Municipal de Obras, abaixo descrita, cujo valor deverá ser depositado em conta especial, em instituição estatal preferencialmente, a disposição do Conselho:

08	– Secretaria Municipal de Obras
11	– Habitação e Urbanismo
10.57	– Habitação



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete do Prefeito

11.57.316 – Habitações Urbanas
1029 – Construção de Casas Populares

Art. 22 – Semestralmente será remetido ao Conselho Municipal de Habitação a prestação de contas do Fundo Municipal de Habitação e anualmente a Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 23 – Os planos de investimentos anuais ou plurianuais, destinados a absorver os recursos do Fundo devem estar vinculados a projetos específicos e determinados no tempo e no espaço, bem como orçamento determinado, indicando convênios e/ou financiamentos, se os houver.

Art. 24 – A presente Lei será regulamentada, no que couber, por Decreto do Executivo, no prazo de 30 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 25 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26 – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA - RS, em 07 de Abril de 2000.


JOSÉ ALDORI DE LIMA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se


VILMAR MARTINELLI
Sec. Mun. da Administração